

Uma arquitrave sob o 8.º Encontro do CIALP

ARQUITRAVE (1) - Parte do entablamento que assenta directamente sobre os capitéis das colunas. Quando é em madeira designa-se simplesmente trave e em pedra epistílio.

ARQUITRAVE (2) - Associação de Arquitectos de Moçambique.

É sobre esta segunda definição que nos deteremos por uns instantes.

ARQUITRAVE para os arquitectos que exercem a sua profissão e residem em Moçambique querera significar cerca de sete anos de debate e vacilação em torno dos objectivos, custos e resultados práticos de se criar uma organização profissional de arquitectos. Uma vez que muitas das questões levantadas no seio dos debates permaneceram sem resposta ao longo dos anos nada melhor haveria que mergulhar de cabeça nesse desafio; como tal, a 20 de Dezembro de 2000, formalizou-se a **ARQUITRAVE**.

Em geral, para além de recursos financeiros, uma associação faz-se de objectivos comuns e muita entrega individual e carolice.

Ora, no caso da **ARQUITRAVE**, esta ainda se encontra apoiada somente sobre objectivos comuns. O facto de a profissão de arquitecto ser emergente em Moçambique, torna-os uma espécie de "pau

para toda a obra", em fase de afirmação e sem tempo para parar e pensar.

Não obstante, há bastantes profissionais que vêm acreditando na viabilidade da **ARQUITRAVE**, mesmo que se tenha de recorrer ao velho princípio de que mais valem poucos mas bons. Este facto pode-se verificar com a adesão dos primeiros meses que foi:

- * 28 membros presentes no acto de escritura pública (de 35 inscritos);
- * 20 membros admitidos no mês de Dezembro de 2000;
- * 5 membros admitidos no mês de Janeiro de 2001.

Os arquitectos membros de pleno direito da **ARQUITRAVE** representavam em inícios de Fevereiro cerca de 25% dos arquitectos existentes em Moçambique. Nota-se que a **ARQUITRAVE** não é uma entidade de vinculação obrigatória para os arquitectos do país.

É consensual entre os membros da **ARQUITRAVE** que a Associação deve produzir resultados práticos e mostrar trabalho tão cedo quanto possível. Tal facto ajudará não só a consolidá-la mas também a divulgá-la.

Foi assim que surgiu o consenso de que a organização do 8.º Encontro do CIALP - Maputo 2001 é a melhor prova que a **ARQUITRAVE** poderia enfrentar no seu 1.º ano de existência para aferir a sua tenacidade e eficácia.

Antes de voltar a tocar no 8.º Encontro do CIALP -

Maputo 2001 gostaria de vos levar a uma breve incursão pelas cheias que mais uma vez desgraçam Moçambique.

«É tudo a água levou» é um filme que é reeditado em Moçambique a cada ano que passa, quiçá devido ao aquecimento global da atmosfera e aos factos:

* De Moçambique ser a bacia mais a jusante da África Austral, para onde convergem vários rios e seus afluentes nascidos em Angola, Congo Democrático e África do Sul, passando pela Zâmbia, Zimbábwe e Malawi.

Tais são os casos dos rios Zambeze, Save, Limpopo, Incomati e dos Elefantes.

* De Moçambique ser um país relativamente extenso (8 vezes Portugal), em que as populações vivem dispersas, mas próximas das margens de rios afluentes e onde apenas cerca de 30% da população tem acesso a água canalizada.

* De a população camponesa pobre considerar seu património inalienável as campos dos seus ancestrais (geralmente ao redor da habitação), cada árvore de fruto plantada pela família e o escasso gado que possui. Resistindo assim a qualquer tentativa de reassentamento proposto pelas autoridades.

* De insuficiências de barragens, represas e obras hidráulicas para a regulação dos caudais e provisões de águas.

* De os solos nas bacias de inundação se encontrarem saturados após sucessivos anos de precipitação pluviométrica excessiva.

Em 2001 as cheias estão a afectar a região centro de Moçambique, nomeadamente Manica, Sofala, Tete e Zambézia. Só nesta última, os estragos já causaram mais de 50 óbitos, cerca de 68 000 deslocados, 23 000 hectares de cultivos perdidos e 2 000 km de estradas classificadas, interrompidas e danificadas.

Termino esta incursão pelas cheias crónicas de Moçambique com um vigoroso apelo à participação massiva e activa dos colegas arquitectos do espaço do CPLP no 8.º Encontro do CIALP - Maputo 2001, de 23 a 27 de Julho, cujo tema é **População, Migração e Arquitectura** com os seguintes sub-temas:

- * Impactos do reassentamento (Arquitectura) de emergência;
- * Sobrepopoamento Urbano;
- * Arquitectura apropriada e influência culturais.

Sentir-nos-emos honrados se todos os países membros do CIALP se fizerem representar com efectivos significativos pois este evento não será restritivo apenas aos delegados oficiais do CIALP. Gostaríamos igualmente de promover uma exposição de trabalhos de Arquitectura e Urbanismo de todos os países membros do CIALP pelo que solicitamos a

máxima participação e iniciativa.

A ficha de inscrição pode ser reproduzida e quando preenchida remetida, de preferência por fax, até 15 de Junho de 2001.

Enviaremos cartas-convites personalizadas para efeitos de solicitação de vistos de entrada em Moçambique junto das nossas representações consulares. Contudo, realçamos que está em vigor desde Março de 2001 um decreto governamental que autoriza os postos fronteiriços a concederem vistos de entrada a visi-

tantes no acto do desembarque ou chegada.

Informações adicionais podem ser obtidas através dos seguintes contactos:

Fax + 258 1 431323 | e- mail jcarch@vircom.com

*Jaime Comiche, arquitecto
Presidente da Comissão Directiva
da Associação dos Arquitectos de Moçambique*

**Programa Provisório
dos trabalhos do 8.º Encontro CIALP
23 a 27 de Julho de 2001**

DIA I	DIA II	DIA III	DIA IV	DIA V
Registo	Sessão de trabalhos (I)	Sessão de trabalhos (V)	Mesa redonda com delegados nacionais	Excursões
Encontro informal	Sessão de trabalhos (II)	Sessão de trabalhos (VI)	Mesa redonda com delegados especiais	
Excursão				
Almoço livre	Almoço livre	Almoço livre	Almoço livre	
	Sessão de trabalhos (III)	Excursão	Assembleia Geral CIALP	
Abertura solene	Sessão de trabalhos (IV)			
	Jantar Arquitrave	Jantar CIALP	Jantar de Patrocinador	



**8º Encontro CIALP - Maputo
23 a 27 de Julho de 2001**

foto

Ficha de Inscrição

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Ocupação:

País onde reside:

Cidade:

Código do País:

Código da Cidade:

Endereço:

C.P.

Tel.

Fax

E-mail

Material a apresentar no Seminário

Comunicação

Sub-tema

Diapositivos

Transparências

Video

Exposição de projectos

Dimensões

N.º de painéis

Tema: População, Migração e Arquitectura

I Impactos do reassentamento (Arquitectura) de emergência

II Sobrepopoamento Urbano

III Arquitectura apropriada e influências culturais

Viagem Lisboa / Maputo / Lisboa

organizada com apoio da
Ordem dos Arquitectos

A Ordem dos Arquitectos (Portugal) por ocasião do 8.º Encontro CIALP está a organizar uma viagem em grupo com a duração de uma semana, entre 20 e 28 de Julho, tendo procurado obter o melhor preço hotel+viagem para um grupo de 15/25 pessoas.

Itinerário: Lisboa/Maputo, dia 20 de Julho: comparação no aeroporto da Portela, 120 minutos antes da hora de partida. Saída em voo TAP às 23.10h com destino a Maputo. Noite a bordo. Chegada a Maputo pelas 10.40h do dia 21.

Maputo/Lisboa, dia 28 de Julho: transfer para o aeroporto em hora a combinar localmente. Saída em voo TAP às 21.00h com destino a Lisboa. Noite a bordo. Chegada ao aeroporto da Portela pelas 06.45h do dia 29.

Alojamento: Hotel CARDOSO em Maputo em regime de pequeno almoço.

Preço: Cerca de Esc.: 285.000\$00 para um grupo de 15, havendo a possibilidade de diminuir se o grupo for superior a 20 pessoas. Este preço inclui: Transfers aeroporto/hotel/aeroporto; franquia de 20 kg por pessoa; taxas hoteleiras, serviço e IVA; seguro de viagem em grupo no valor de 5 000 contos.

O preço não inclui: Visto obrigatório; taxas de aeroporto (a pagar localmente - USS 20); extras de carácter pessoal; quaisquer serviços não mencionados como devidamente incluídos no programa.

Informações: Isabel Cotrim | Ordem dos Arquitectos | Travessa do Carvalho 23 | 1249-003 Lisboa | Portugal

Tel: 351 21 3241100 | Fax: 351 213241101 | e-mail: ic@ordemdosarquitectos.pt



N. B. A Arquitrave - Associação de Arquitectos de Moçambique - disponibiliza um quadro-resumo dos custos praticados pelas agências para a viagem ida e volta com saída de outras doze cidades de países membros do CIALP. Pode também facultar tabela de custos de hospedagem em cinco hotéis.
Arquitrave - Associação de Arquitectos de Moçambique
Caixa Postal 1907 | Maputo | República de Moçambique
Fax + 258 1 431323 | e-mail: jearch@vircom.com

Estampa da Ilha de Moçambique com a representação da fortaleza de São Sebastião in «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa», Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994

População, Migração e Arquitectura

De 23 a 28 de Julho próximo, convocados pelo Presidente José Silva Carvalho, estaremos em Maputo, Moçambique, para o 8.º Encontro do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa - CIALP, quando teremos a oportunidade de encontrar em Assembléia os representantes das entidades de arquitectos dos nove países membros do Conselho e mais um observador.

Na ocasião do Encontro, haverá também um Seminário que apresentará à discussão o tema "População, Migração e Arquitectura" - proposta instigante e que nos convida a uma reflexão sobre a ocupação física da Terra.

O mundo lusófono, distribuído pelos cinco continentes, é composto por uma população de duzentos milhões de pessoas. É, o português, a oitava língua mais falada no planeta -terceira, entre as ocidentais. E somos cerca de cem mil arquitectos unidos pelo idioma.

O traço cultural forte que nos une, os imensos e diversificados espaços que ocupamos, a quantidade de profissionais de arquitectura que temos e a qualidade da arquitectura que produzimos nos possibilitará realizar uma rica discussão sobre a organização do planeta e sua colonização, os aglomerados humanos e seus deslocamentos, as culturas diversas que registram a evolução de nossos povos - o habitat que produzimos.

Encontramos em nossos dez países o espelho do mundo, com um arco que vai desde o domínio sobre as tecnologias arquitetônicas mais contemporâneas, representadas por obras sofisticadas em algumas das mais belas metrópoles mundiais, até à miséria também recordista das favelas abandonadas pelo conhecimento humano. Desde cidades a serem preservadas em benefício da humanidade, que nos orgulham e testemunham nossa capacidade de realizar, até às áreas degradadas e as zonas de risco permanente para os assentamentos humanos mais pobres, que nos envergonham como profissionais do habitat.

E de um mundo tão amplo, rico e generoso em sua natureza, como compreender as migrações forçadas pela fome, por catástrofes tantas vezes provocadas pelo descuido ou pela intolerância bárbara do homem? Milhões de pessoas sem teto, sem uma parcela mínima de terra para dela tirar seu sustento e sua dignidade. Povos sem pátria, muitas vezes banidos dentro de seus próprios países.

O CIALP, a partir dos propósitos firmados em seus estatutos e declarações de princípios, nos traz a oportunidade de avaliar o panorama da ocupação do planeta - particularmente, do planeta lusófono. Discutir a importância do Arquitecto, nossas responsabilidades, nossas possibilidades. Nossas intenções.

E o nosso tema, portanto: População, Migração e Arquitectura. Nos encontraremos em Maputo!

*Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, arquitecto
Presidente do Instituto de Arquitectos do Brasil*

Nota Histórica

Tendo sido sentido no seio da Ordem dos Arquitectos, antiga Associação dos Arquitectos Portugueses, o grande interesse para a melhor organização e desenvolvimento da profissão e da cultura arquitectónica nos países lusófonos foi, num encontro preparatório realizado em Lisboa em Março de 1990 com a presença de representantes dos sete países, aprovada por unanimidade a criação de um organismo internacional com essas finalidades.

Assim, após discussão e aprovação dos respectivos Estatutos, foi fundado o CIALP (Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa) no seu 1.º Encontro em Lisboa, a 29 de Junho de 1991, com a presença de arquitectos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

Em 1993 na Assembleia Geral da Cidade da Praia foi aceite a entrada de Macau para este Conselho Internacional como membro de pleno direito, atendendo à existência no território de uma associação profissional independente e reconhecida pela

por dois delegados indicados pelas respectivas Ordens/Associações.

A sua sede é na Travessa do Carvalho, 23 – 1249-003 Lisboa, destacando-se entre muitas outras actividades os seus Encontros, que se realizaram sucessivamente em: Portugal (Lisboa 1991), Cabo-Verde (Cidade da Praia 1993), Portugal (Lisboa 1994), Brasil (Salvador 1995), Guiné-Bissau (Bissau 1996), Angola (Luanda 1998) e Macau (Macau 1999).

Está agendada para Maputo em 2001 a realização do 8.º Encontro CIALP, onde tal como nos outros encontros anteriores para além da Assembleia Geral Ordinária restrita aos membros da Junta Directiva e Delegados das diversas associações profissionais nacionais, terá lugar um Seminário temático aberto ao exterior, exposições de arquitectura, de livros e visitas técnicas.

Em Junho de 1997 foi aberta a página sobre este Conselho na Internet, à qual se acede através de www.ordemdosaarquitectos.pt. Deverá no entanto em breve ter o CIALP um site



5.º Encontro CIALP, Bissau 1996. Na mesa os então membros da Junta Directiva, colegas António Henriques da Silva, Vice-presidente (Angola), João Honório de Mello Filho, Presidente (Brasil), José Silva Carvalho, Secretário Geral (Portugal) e a anfitriã Conceição Perry (Macau).

UIA (União Internacional dos Arquitectos) e em 1999 Timor Leste, após proposta feita nesse sentido na Assembleia Geral de Macau pelo delegado dos arquitectos timorenses. Com o estatuto de observador tem o território de Goa participado igualmente em algumas actividades.

Congrega o CIALP mais de 75 000 arquitectos, representantes pelas respectivas Ordens/Associações Nacionais de Arquitectos de um universo populacional que se exprime em português de perto de 200 milhões de pessoas. Honra-se este Conselho de ser um dos percursos do CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa), importante Comunidade de um espaço cultural afim e ao mesmo tempo plural, de afirmação do conjunto dos países que o constituem.

O objectivo principal do CIALP, conforme estabelecem os seus Estatutos, é o de apoiar a solidariedade e incentivar o intercâmbio cultural e profissional entre as associações nacionais e respectivos membros desta importante Comunidade, dirigida por uma Junta Directiva composta por três elementos eleitos em Assembleia Geral, sendo cada país ou região representado

próprio.

Possui o CIALP um boletim trimestral para facilitar a comunicação entre os seus membros, tendo sido feitos até à actualidade 26 números. Poderão ser consultados não só na sede como nas Ordens/Associações Profissionais dos diversos países, estando o último número também incluído nesta página da Internet.

Atendendo à duração de 2 anos dos mandatos dos elementos da Junta Directiva e à necessidade de garantir a continuidade de um conhecimento adquirido na orientação deste Conselho Internacional, existe um corpo de Conselheiros, presentemente formado pelos antigos Presidentes, composto pelos colegas Francisco Silva Dias (Portugal), Frederico Hopfler Almada (Cabo Verde) e João Honório de Mello Filho (Brasil).

A sua Junta Directiva eleita por unanimidade em Luanda, até à Assembleia Geral de Maputo, é constituída pelos seguintes membros:

Presidente – Arquitecto José Silva Carvalho (Portugal);
Vice-Presidente – Arquitecto Domingos Gomes (Guiné-Bissau);
Secretário-Geral – Arquitecto António Gameiro (Angola).

"há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio"

urbanidade dos bairros e tipos de habitação nas periferias de Maputo e Luanda

Neste breve apontamento damos conta dos principais tópicos que abordámos ao nível urbano e habitacional, no quadro do projecto de pesquisa interdisciplinar - Urbanização acelerada de Luanda e Maputo: impacto da guerra e das transformações socioeconómicas (décadas de 80 e 90) - em curso no Centro de Estudos sobre África (CEsA) do ISEG, Lisboa).

No último quarto de século, as capitais de Moçambique e de Angola cresceram aceleradamente, atingindo a cidade de Maputo em 1997 cerca de um milhão de habitantes (quase o dobro de 1980) e estimando-se neste final de século em quase três milhões a população da cidade de Luanda (mais do triplo de 1980). O crescimento acelera a partir dos anos 50 impulsionado pelo desenvolvimento industrial nas duas cidades. Com as independências, apesar da fuga de elevado número de colonos nos primeiros anos, a população continua a crescer: é por um lado a atracção exercida pelas capitais e, por outro, o agravamento da crise económica no campo e a guerra prolongada nos dois países. O ritmo de crescimento abranda em Maputo depois do Acordo de Paz de 1992 mas mantém-se elevado até hoje em Luanda.

Este crescimento populacional faz-se pela densificação do espaço habitacional existente e pela expansão das zonas periféricas. Na situação de guerra, com a afluência massiva de populações rurais, as habitações dos bairros antigos foram ficando sobreocupadas, os espaços mais ou menos centrais não edificadas foram sendo utilizados para habitação e os bairros periféricos foram-se expandindo ocupando os terrenos agrícolas ou sem uso. A distribuição deste crescimento no território não é uniforme: o aumento da população é maior nas zonas suburbanas que nas urbanizadas e em muitos bairros peri-urbanos, as densidades populacionais passam a ser mais elevadas que na "cidade de cimento".

A este fenómeno de suburbanização das duas capitais corresponde uma idêntica transformação da estrutura socioeconómica e espacial. As populações de Maputo e de Luanda são hoje mais femininas e mais jovens que em meados do século, mas é sobretudo nas zonas suburbanas, onde vive a maioria da população e a mais recentemente instalada, que a percentagem de mulheres como de jovens é mais elevada e é também aí que os aglomerados familiares têm em média maiores dimensões. Por outro lado, é nestas zonas que se encontra a maior percentagem de analfabetismo, os mais baixos níveis de escolaridade, de formação profissional, ou de nutrição e é aí que os rendimentos familiares e per capita são mais baixos e que as taxas de desemprego e de subemprego são maiores.

Com a importância crescente das periferias na configuração do tecido urbano das duas capitais esbate-se a distinção que marcava no período colonial as duas estruturas urbanas: de um lado, uma "cidade de cimento" compacta (Maputo) e, de outro, uma maior interpenetração entre as zonas urbanizadas e os musseques (Luanda); hoje estas duas figuras da cidade urbanizada são absorvidas pela mancha crescente da cidade suburbana que explode e implode. Todavia, a dualidade centros-periferias (ou zonas urbanizadas-suburbanizadas) que marcou as duas capitais no período colonial e que os governos de inspiração socialista e de economia de planeificação centralizada procuraram combater nos primeiros anos da independência, volta a agravar-se. Como diz a responsável de um quarteirão do bairro Polana Caniço A, em Maputo, "há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio".

Diversidade de situações suburbanas

Foi esta cidade suburbana que cresce nas margens da "cidade de cimento" que quisemos conhecer. Como é que centenas de milhares de pessoas que vivem abaixo daquilo que se considera a linha da pobreza sobrevivem, organizam o seu espaço habitacional e tecem nas malhas do seu quotidiano e com os recursos de que dispõem novas formas de urbanidade. Até que ponto, e em que condições, esta suburbanização acelerada e conturbada, que já não anda ligada a desenvolvimento industrial mas se associa em primazia a desemprego e à exclusão da maioria da população, pode originar formas de "urbanização social" ou seja de melhoria das condições de vida e de inclusão. Na pesquisa em curso procuramos identificar as situações de maior e de menor precaridade e urbanidade ao nível do bairro e

da habitação e o impacto relativo das intervenções públicas e privadas e das estratégias comunitárias, familiares ou individuais. Pretendemos em última instância avaliar se algumas destas estratégias ou daquelas intervenções permitem ir além da sobrevivência e vencer as condicionantes estruturais que pesam sobre estas populações.

As situações espaciais e sociais e as estratégias familiares e individuais nas zonas peri-urbanas são múltiplas e também aqui a diferenciação socio-espacial tende a agudizar-se. Para captarmos esta diversidade, escolhemos em cada uma das cidades três bairros peri-urbanos, segundo critérios de periferização e procedemos à sua análise aprofundada e comparada. Os níveis de precaridade e de urbanidade variam segundo a história de cada bairro e podem ser lidos nos diversos indicadores espaciais: a densidade ocupacional, o nível das infraestruturas e dos equipamentos, e a extensão dos diferentes tipos de habitação significativos dos grupos sociais.

A análise dos seis bairros permite-nos dizer que o crescimento acelerado dos últimos trinta anos tem determinado uma transformação dos níveis de urbanidade e precaridade dos vários indicadores considerados, muito embora a posição relativa de cada bairro possa não ter sido alterada.

A guerra, constituindo um dos principais factores de aceleração do crescimento suburbano e do ritmo de instalação nos bairros —em geral de populações deslocadas e carenciadas—, tem efeitos desestruturantes nos níveis de urbanidade: 1) demasiado rápida densificação, com ocupação de zonas verdes, de terrenos reservados para zonas ambientais, arborização ou equipamentos sociais e económicos, de zonas non edificandi (pantanosas, inundáveis ou declivosas), ou mesmo de infraestruturas existentes (campos de futebol, valas de drenagem); 2) implantação apressada, sem plano nem traçado de rede viária; 3) saturação e deterioração das infraestruturas e equipamento existentes; 4) agravamento dos problemas ambientais: erosão dos solos, alagamento de baixas e de áreas pantanosas, contaminação do lençol freático; 5) precarização da habitação dos deslocados (as casas de caniço e as palhotas em Maputo) ou o seu inacabamento (em Luanda).

A liberalização da economia se por um lado promove a urbanidade pelo estímulo dos agentes económicos privados —visível no novo tipo de casa em expansão de construção em duro—, por outro, é gerador de grandes precaridades colectivas pelas desigualdades que acentua e pelo alheamento do papel do Estado na defesa dos interesses dos mais desfavorecidos que nestas sociedades constituem a maioria da população. Na última década, nomeadamente, proliferam os serviços colectivos privados (saúde, ensino, abastecimento de água, transportes) mas estes praticam custos inacessíveis a uma larga maioria da população. Em contrapartida, assiste-se à diminuição e degradação do serviço público nestes sectores, bem como à incapacidade do Estado atender a outros graves problemas infraestruturais (arruamentos, electricidade, iluminação pública, drenagem, erosão, recolha de lixo, lixeiras) e à insegurança crescente. Face à insuficiência de intervenção pública, os actores que actuam nas zonas suburbanas diversificam-se, constituindo-se redes sociais mais complexas, mas esta nova configuração não contribui necessariamente para o aumento dos níveis de urbanidade e de bem-estar nos bairros.

Tipos habitacionais e estratégias de habitação

"Quem tivesse casas de luando [esteiras de vegetação] era considerado uma família pobre, se fosse de pau a pique já era rica e quem tivesse de madeira [...] era muito rica [...] nessa fase de 76 e 77 quem construiu casas de bloco de tijolo já era muito mais rica [...] era prestígio de família!" (informante do Bairro dos Imbondeiros, frente ao Rocha Pinto, Luanda)

"Pobre vive em casa de caniço mas também tem pobre que vive em casa de bloco [porque] no tempo que o marido estava vivo ele fez uma casa de bloco [mas] agora aquela casa começa a estragar." (viúva, chefe de quarteirão de Polana Caniço A, Maputo)

Estes dois extractos, contraditórios, das entrevistas realizadas nos bairros são elucidativos da estrutura de correspondência que procuramos identificar entre os tipos de casa construídos nos bairros e os valores que lhes atribuem os grupos sociais residentes. Os tipos habitacionais significativos dos grupos sociais constituem uma estrutura inteligível do sentido da estrutura social e da sua mobilidade. A correspondência é mais evidente na situação de casa própria que na arrendada, sendo aquela maioritária nestes bairros, e dispondo aí o habitante de maior margem de manobra para assinalar o seu estatuto. Note-se todavia que, em períodos de mudança social rápida, como nesta situação de suburbanização acelerada, os tipos de casa raramente são uma estrutura de identificação simples e estável, pois transformam-se rapidamente, tal como os grupos sociais a que correspondem, dando origem a novos tipos intermediários que coexistem com os que os precedem. Fazemos a hipótese que estes tipos, compostos de referências múltiplas (coloniais-ocidentais/africanas, urbano/rurais, tradicionais/modernas), permitem ler a extensão da urbanização social local, cada tipo representando um momento do processo de urbanização e indicando o nível de integração urbana

ou de marginalização/exclusão dos seus habitantes.

Para identificarmos os tipos de casa significativos dos grupos sociais procedemos ao cruzamento da análise da estrutura social, da estrutura espacial, das práticas e representações socio-espaciais numa leitura sincrónica e também diacrónica indicativa das transformações tipológicas nas últimas décadas e da mobilidade residencial. A experiência de vida urbana anterior, a mobilidade geográfica e a emigração para países mais desenvolvidos, a experiência da guerra, as motivações da migração para a cidade, a mobilidade profissional, a situação e posição na profissão, a escolaridade, a idade, o sexo e o estatuto do chefe de família, a composição do agregado familiar, a escolaridade e actividade dos outros membros activos e as redes de entre-ajuda e solidariedade familiares e comunitárias são factores socioeconómicos que explicam as diferenças tipológicas identificadas ao nível habitacional. Apesar da similitude dos processos nas duas capitais, as configurações contextuais específicas a cada uma delas determinam também algumas diferenças ao nível das tipologias habitacionais.

Tendo em conta que em contexto suburbano africano, a vida doméstica se desenvolve na casa e no talhão (lote), considerámos estas duas dimensões na análise da estrutura e práticas habitacionais, tendo identificado, para cada uma, diversos indicadores dos níveis de precariedade e de urbanidade embora eles nunca estejam presentes ao mesmo tempo, nem mesmo nas situações de maior influência urbana

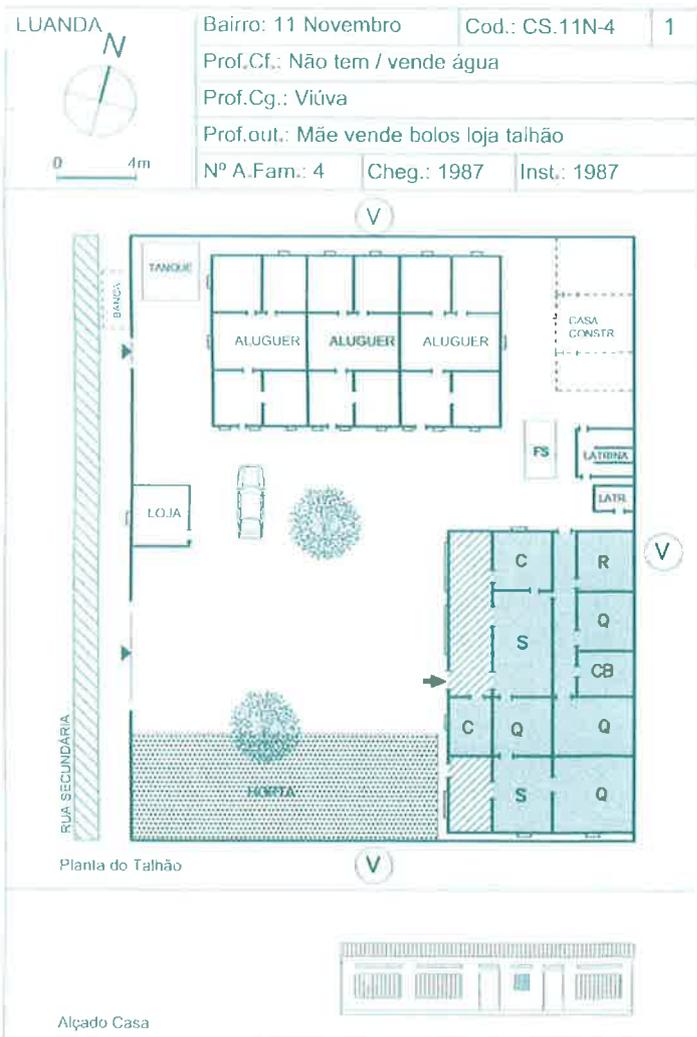
e maior riqueza. Como indicadores de maior urbanidade do talhão, considerámos: a possibilidade de escolha da localização do talhão, a atribuição de um título de ocupação definitivo, a localização mais central, um ligeiro afastamento da casa em relação à rua, a disposição da casa e da sua entrada principal face à rua, a existência de uma varanda ou pátio florido ou de um jardim na frente da casa, a existência de flores, relva, pátio cimentado, árvores de embelezamento e sombra, a localização de horta nas traseiras, a existência de uma só casa principal e de garagem (estes dois só indicadores em Maputo), a existência de portão para pessoas e para automóveis, a existência de vedação (alta, de blocos, com grelhas ou grades) a existência de fossa séptica e de água canalizada (em Maputo) ou de tanque (em Luanda). A existência de construções para aluguer e o desenvolvimento de actividades económicas no talhão também parece ser em Luanda um sinal de maior integração urbana.

Como indicadores de maior urbanidade e riqueza da casa principal considerámos: a existência de desenho ou projecto, a diversidade de agentes da construção, a maior área e menor densidade de ocupação, o maior número de quartos, a existência de sala de jantar e de estar separadas, a existência de corredor, de casa de banho, de cozinha e de arrecadação no interior da casa, a existência de varanda ou alpendre fronteiro, a cobertura em lusalite, telha ou laje e as paredes exteriores de bloco ou tijolo (estes duas características só funcionam como indicador em Maputo), as paredes exteriores rebocadas e pintadas, o pavimento sobreelevado, de cimento ou mosaicos, a existência de pormenores da construção, de motivos decorativos, de acabamentos, de sistema de ventilação, o maior número de vãos, as janelas com caixilharia e vidro, com estor e com grades com feitos, a existência de água canalizada dentro de casa (só em Maputo), de iluminação eléctrica, a utilização de electricidade ou gás como combustível, a existência de aparelhos electrodomésticos, de televisão e de telefone.

Para ilustrar esta análise em curso apresentamos apenas duas situações típicas extremas, as duas de Luanda: uma demonstrando maior influência urbana e maior riqueza, a outra onde as referências rurais e a precariedade predominam.

"A casa mais bonita do bairro" de "zaienses" no 11 de Novembro (des. 1)

M., natural de Kinshasa emigrou para França onde trabalhou como cozinheira na hotelaria. Regressou ao Zaire e em 1982 foi viver com o marido para Luanda tendo-se instalado num talhão amplo, de 820m², que compraram e vedaram com um muro alto. O marido substituiu a casa de madeira existente por



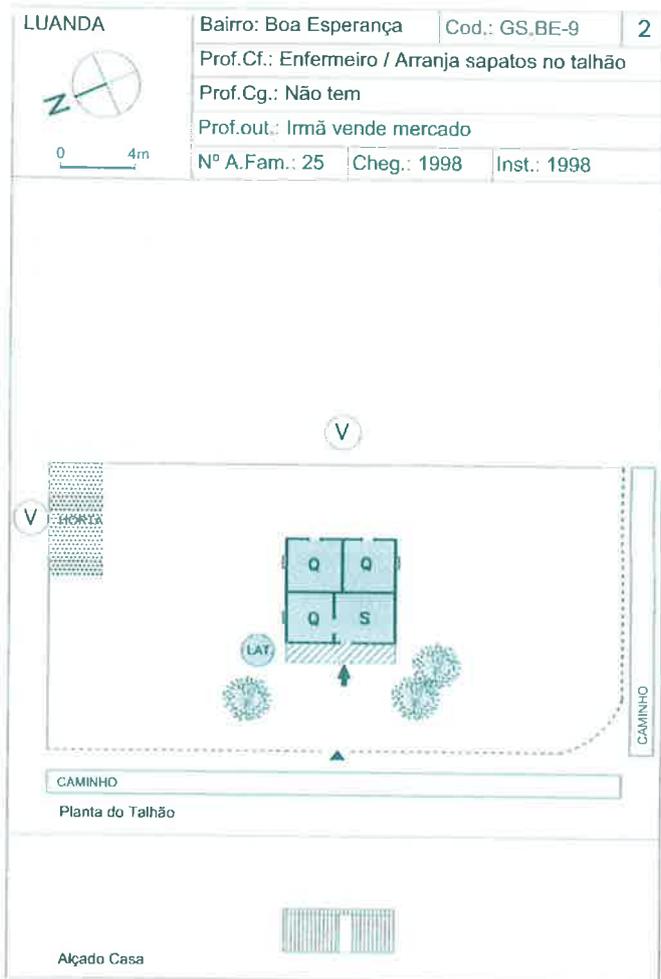
uma casa de blocos que é apontada pelos vizinhos como "a mais bonita do bairro". É uma casa grande (160m²) —com 5 quartos, 2 salas, 1 corredor, 2 cozinhas e uma casa de banho interiores, 1 varanda fronteira— e é rebocada e pintada no interior e no exterior. Aqui vive actualmente M., com dois filhos e a mãe, recentemente fugida do "mato" de uma zona em guerra. O marido, já falecido, construiu no talhão outras 3 casas em banda, com as respectivas latrinas exteriores com fossa séptica, que alugam a compatriotas e está em construção outra casa para alugar. No quintal dispõem também de um tanque onde armazenam água que vendem às famílias vizinhas e construíram ainda em blocos, encostado à vedação, um quiosque com janela para a rua, onde a mãe vende os bolinhos que fabrica. Para além destes recursos, o filho que trabalha na Alemanha ajuda nas despesas da saúde e de falecimentos (caso do óbito do pai).



Casa de deslocados com paredes de zinco, adobo e blocos no Boa Esperança (des. 2)

Em 1988, ainda solteiro, G. veio para Luanda viver com a irmã. Foi "desprezado" pelo cunhado e resolveu voltar ao Uíge onde casou e ficou a viver com os pais numa casa de pau a pique. Começou a tirar o curso de enfermeiro mas não acabou por causa da guerra: "só tenho práticas e teorias, não tenho emprego". Pelo mesmo motivo, em 1988, regressou apressadamente a Luanda, onde construiu com muitas dificuldades no Boa Esperança, uma casa com paredes de blocos, adobo e zinco, de 42 m², com 3 quartos, uma sala e um alpendre frontal, fechado com chapa de zinco, também utilizado para dormir. Aqui vive agora com mais 25 familiares: para além da mulher e 2 filhos, os pais, irmãos e sobrinhos. Não têm água nem energia e a latrina exterior sem paredes é apenas delimitada por plásticos. Vedaram com arame farpado o talhão e aí cultivam uma pequena horta: "pusêmos muitos produtos, mas o problema é a água". Para "desenrascar", G. cose sapatos, mas quem sustenta a família é a irmã que vende fuba no Roque Santeiro: "comemos com muito sacrifício [...] de vez em quando o dinheiro do negócio vai abaixo e a família dorme à fome".

Isabel Raposo e Cristina Salvador, arquitectas (Portugal)



Estudo morfológico da cidade de São Tomé

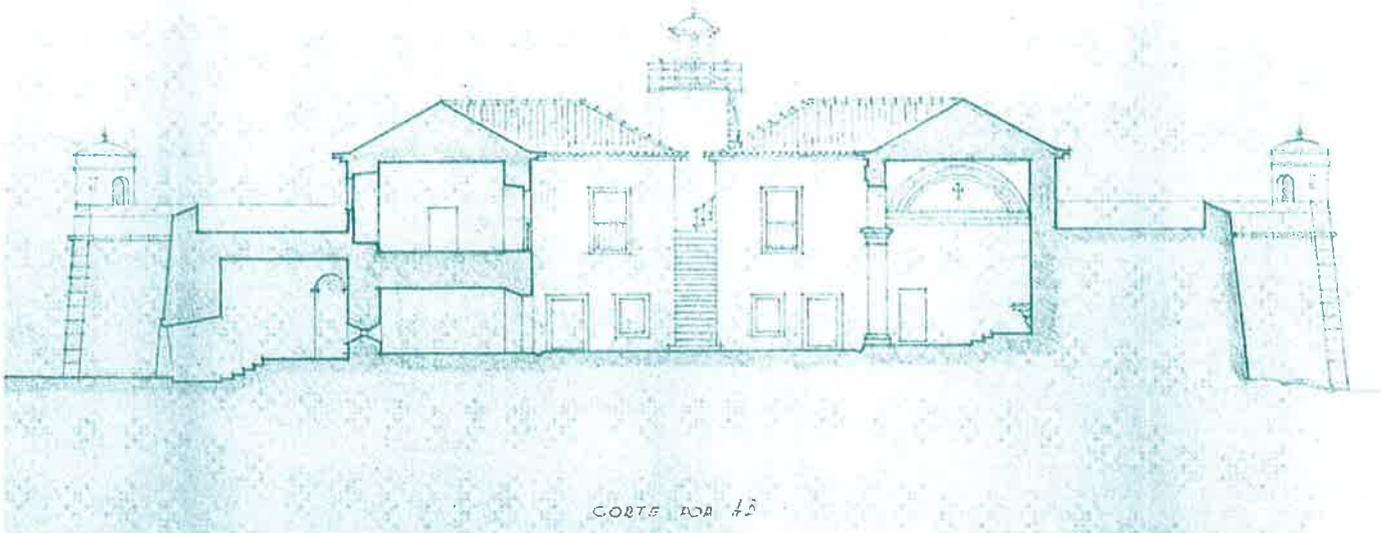
apresentado no Colóquio Internacional «O Universo Urbanístico Português - 1415/1822», Coimbra 1999

O objectivo desta comunicação prende-se com o estudo morfológico da cidade de São Tomé desde a sua génese (século XV) até meados do século XVII. Para a elaboração do referido estudo procedeu-se a uma abordagem comparativa das morfologias urbanas de quatro cidades insulares atlânticas de origem portuguesa: Funchal (no arquipélago da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), Ribeira Grande (no arquipélago de Cabo Verde) e São Tomé (no arquipélago de São Tomé e Príncipe), no sentido de apreender um conjunto de características comuns às cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. O destaque dado à cidade de São Tomé tem como objectivo posicioná-la no quadro tipológico das morfologias urbanas das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa uma

vez que esta cidade nunca foi estudada deste ponto de vista. Uma vez que se considera que as cidades das ilhas atlânticas de origem portuguesa tiveram uma influência mais ou menos directa do povoamento português e que os modelos que lhe serviram de referência foram, de certa forma, importados do Continente, procede-se numa primeira fase à enunciação das especificidades das fundações urbanas portuguesas entre os séculos XIII e XVI (cidade medieval e cidade renascentista portuguesa), período correspondente à génese das cidades das ilhas atlânticas (século XV), e períodos imediatamente anteriores (séculos XIII e XIV) e posteriores (século XVI). Em traços muito gerais a estrutura urbana das cidades medievais portuguesas, tende para duas grandes linhas: a primeira corresponde a

uma estrutura cujo traçado aparenta contornos irregulares, onde se combinam elementos espontâneos com estruturas que revelam alguma intencionalidade patente no alinhamento e dimensão dos quarteirões. A aparente irregularidade dos traçados deve-se, em todo o caso, ou à influência das preexistências sobretudo as de origem muçulmana (no caso das cidades do continente), ou ao acidentado do terreno, ou ainda a uma certa descontinuidade no seu desenvolvimento. A segunda corresponde a uma estrutura mais elaborada do que o anterior, onde os traçados urbanos são claramente regulares influenciados pelas concepções vindas do estrangeiro e onde se percebe claramente um sentido disciplinador a nível urbano. A esta estrutura estão ligadas as influências das cidades de fundação criadas no resto da Europa, cujo caso mais paradigmático são as «bastides»

A primeira fase de desenvolvimento urbano de São Tomé inicia-se com a chegada de Alvaro de Caminha (1485). As primeiras construções concentram-se num pequeno núcleo próximas da torre do capitão, das Igrejas de Santa Maria e de São Francisco e da Igreja e Hospital da Misericórdia, onde a Rua Direita (ou «Rua Grande») é o embrião da futura estrutura urbana da cidade. O desenvolvimento da Rua Direita, como é habitual nestes casos e como se poderia adivinhar dada a sua configuração inicial, permitiu um crescimento do tipo linear junto à costa. Durante os séculos XVI e XVII a cidade tinha como funções essenciais a exportação de açúcar (na primeira fase de povoamento), o tráfego de escravos e a importação de produtos alimentares, sobretudo oriundos da Europa (numa fase posterior). Resultante destas



CORTE DA F

Fonte de São Sebastião, São Tomé, «Corte», desenho do Arq.º Luís Benavente, 1961. In Revista «Oceanos», número 28 - Outubro/Dezembro 1996, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

francesas e italianas. Quanto à estrutura urbana da cidade renascentista portuguesa, esta revela a consolidação e a vulgarização dos modelos urbanos regulares anteriormente apontados para a cidade medieval portuguesa. A influência do desenho renascentista, reflexo da teorização feita no resto da Europa acerca da cidade ideal patente nos tratados de Alberti (1452), Filarete (1460/65), Vitruvius (reeditado em 1511) e Palladio (1556), imprime às cidades um sentido de «modernidade» patente em reformas e ampliações de algumas cidades portuguesas. Como já foi referido é comummente aceite que os modelos atrás referidos foram de certa forma «exportados» para as cidades da expansão, aprendendo-se um conjunto de características comuns a todas estas cidades. Certamente que a tradição e prática que se processava no continente na época (século XV), e em épocas próximas, foi o modelo que lhes serviu de base. Através da análise dos aspectos de ordem locativa, da análise da evolução do traçado urbano e da análise de alguns elementos da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), aprendeu-se um conjunto de traços comuns às cinco cidades. Relativamente aos aspectos de ordem locativa, esse conjunto de características passa pela localização dos aglomerados urbanos em estudo, junto a baías abrigadas, servidas por ribeiras, onde o clima é mais favorável, e na encosta mais soalheira da respectiva ilha. Quanto ao modo de apropriação e de ocupação do território as características comuns apontam para a implantação em lugares estratégicos onde os terrenos são mais férteis e fáceis para a agricultura, onde o acesso para o interior da ilha é mais facilitado, onde é possível implantar meios defensivos eficazes e onde é mais fácil construir um porto. Relativamente ao desenvolvimento urbano, verificam-se em todas estas cidades três fases distintas: a primeira fase de desenvolvimento urbano inicia-se a partir de uma rua principal (a Rua Direita) que liga dois núcleos de desenvolvimento. Esta fase é caracterizada pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa consoante os casos) através do desenvolvimento da rua principal; a segunda fase de desenvolvimento urbano é caracterizada pelo surgimento de um conjunto de ruas paralelas e perpendiculares à primeira (ruas secundárias e travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados e uma hierarquia de ruas definida pela rua/travessa; a terceira fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, influenciadas pelo modo de fazer cidade no continente português, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante.

actividades eminentemente comerciais, é natural que o núcleo urbano se desenvolvesse em torno delas. O acesso por via marítima e a facilidade de aceder ao mar permitiu que este núcleo populacional se desenvolvesse junto ao porto, ponto de convergência destas funções. Com o aumento de população e o desenvolvimento provocado pelo comércio açucareiro e pelo tráfego negreiro, a cidade cresce para uma outra zona, localizada do outro lado da ribeira e, por conseguinte, para nascente. É neste período que se consolida o crescimento do tipo linear paralelo à costa, ligando o núcleo inicial, da torre e da Sé, ao porto através da continuação da Rua Grande ou Rua Direita para nascente. A segunda fase de desenvolvimento é marcada pelo aparecimento de novas ruas, paralelas à Rua Direita, cortadas por outras de menor dimensão (as travessas), donde resulta um conjunto de quarteirões alongados normalmente de forma rectangular. Estas estruturas, devido à semelhança que existe em todas as cidades em estudo, revelam uma intencionalidade patente no alinhamento, dimensão e forma dos quarteirões, no entanto por vezes subvertida (em alguns casos) devido ao acidentado do terreno. Na terceira fase de desenvolvimento urbano, também como para as outras cidades em estudo, o tecido urbano desenvolve-se segundo duas tendências. Por um lado, novos edifícios significativos começam a criar pólos de atracção afastados do núcleo urbano inicial. Alguns exemplos conhecidos são: a igreja de S. João Baptista, a igreja da Madre de Deus, situada a «um quarto de légua da cidade», a Igreja de Santo Amaro situada no «termo da cidade», a ermida ou capela de S. Sebastião, situada junto à fortaleza do mesmo nome, e a igreja de Santo Agostinho. Paralelamente a esse tipo de crescimento verifica-se a densificação da malha urbana através do desenvolvimento de novas ruas paralelas e perpendiculares entre si e que formam uma malha urbana reticulada semelhante à que existe hoje na chamada baixa de São Tomé. Se observarmos a planta de Gaspar Barleus (publicada em primeira edição em 1647) podemos observar claramente esse facto. Do que atrás foi referido podemos concluir que o traçado urbano da cidade de São Tomé entre os séculos XV e XVII pertence a um tipo de estrutura urbana típico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa através da existência de um conjunto de características que lhe são comuns. Este conjunto de características comuns são, no entanto, mais do que o reflexo de um plano preconcebido para o conjunto das ilhas, o resultado de uma forma de fazer cidade que deriva da prática que se processava no Continente.

Teresa Madeira, arquitecta (Portugal)